



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS (FAECS)
CURSO DE PEDAGOGIA

**A “RUA DA MACACADA” COMO LUGAR DE MEMÓRIA DE VIDAS NEGRAS NA
CIDADE DE ABAETETUBA E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL.**

NALANDA GOMES FERREIRA

ABAETETUBA-PA
SETEMBRO 2025

NALANDA GOMES FERREIRA

**A “RUA DA MACACADA” COMO LUGAR DE MEMÓRIA DE VIDAS NEGRAS NA
CIDADE DE ABAETETUBA E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de Artigo Científico (IN- 02/2023-PROEG/UFGA), apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento.

ABAETETUBA-PA
SETEMBRO 2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

G633 Gomes Ferreira, Nalanda.
A "Rua da Macacada" como lugar de memória de vidas negras na cidade de Abaetetuba e o ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental / Nalanda Gomes Ferreira. — 2025.
IX, 28 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Sérgio Bandeira Nascimento
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia,
Abaetetuba, 2025.

1. Rua da Macacada. 2. Lugares de Memória em Abaetetuba . 3. Ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental . I. Título.

CDD 372

NALANDA GOMES FERREIRA

**A “RUA DA MACACADA” COMO LUGAR DE MEMÓRIA DE VIDAS NEGRAS NA
CIDADE DE ABAETETUBA E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de Artigo Científico (IN- 02/2023-PROEG/UFPA), apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento.

Data de aprovação: ___/___/___

Conceito:

Banca Examinadora:

Prof. Dr Sérgio Bandeira do Nascimento
Orientador- UFPA

Profª. Dra. Crisolita Gonçalves dos Santos Costa
Examinadora Interna- UFPA

Profª. Dra. Ladyana dos Santos Lobato
Examinadora externa- UFPA

A “RUA DA MACACADA” COMO LUGAR DE MEMÓRIA DE VIDAS NEGRAS NA CIDADE DE ABAETETUBA E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Nalanda Gomes Ferreira
Campus Universitário de Abaetetuba - UFPA
E-mail: Nalandaferreira25@gmail.com

Sérgio Bandeira- orientador
Campus Universitário de Abaetetuba - UFPA
E-mail: sergbandeira@ufpa.br

Resumo: Este trabalho foi composto a partir dos estudos desenvolvidos na disciplina Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de História, do Curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba-UFPA. O objetivo geral consiste em compreender a Rua da Macacada como lugar de memória de vidas negras na cidade de Abaetetuba e as potencialidades da história local para o ensino de história nos iniciais do ensino fundamental. A metodologia adotada é a abordagem qualitativa, utilizando a História Oral e a pesquisa bibliográfica como instrumento de coleta de dados. O aporte teórico dialoga com Silva (2016), Azevedo e Stamatto (2010), Barros (2013), Barros (1989), Fonseca (2003), Gonçalves (2015), Haley e Faria (2021), Nora (1993), Pereira (2016), Silva e Silva (2009). Concluo que a “Rua da Macacada” constitui um espaço carregado de significados afetivos, políticos e culturais. Desse modo, buscar suas memórias faz-se necessário para o reconhecimento e valorização de identidades negras na cidade de Abaetetuba. Além disso, a pesquisa reforça a importância de incorporar temas de história local nessas discussões para dinamizar o ensino de História, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental sob uma perspectiva mais crítica e que dialogue com as experiências dos estudantes. Tal abordagem permite não apenas o enfrentamento das lacunas historiográficas, mas também a promoção de uma educação antirracista, que valoriza saberes e memórias de vidas muitas vezes invisibilizadas.

Palavras-chave: Rua da Macacada, Lugares de Memória em Abaetetuba, ensino de história anos iniciais do ensino fundamental.

Abstract : This work was composed from the course Theoretical and Methodological Foundations of History Teaching, from the Pedagogy Course at the University Campus of Abaetetuba-UFPA. The general objective is to understand Rua da Macacada as a place of memory of black lives in the city of Abaetetuba and its potential for local history teaching in elementary school. The adopted methodology is the qualitative approach, using Oral History and bibliographic research as data collection instruments. The theoretical contribution includes Silva (2016), Azevedo and Stamatto (2010), Barros (2013), Barros (1989), Fonseca (2003), Gonçalves (2015), Haley and Faria (2021), Nora (1993), Pereira (2016), Silva and Silva (2009). I conclude that “Rua da Macacada” is a space loaded with affective, political, and cultural meanings; thus, seeking its memories becomes necessary for the acknowledgment and appreciation of black identities in the city of Abaetetuba. Furthermore, the research reinforces the importance of incorporating local history themes into these discussions to enhance the teaching of History, especially in the early years of Elementary School from a more critical perspective that engages with the students' experiences. Such an approach allows not only for the confrontation of historiographical gaps but also for the promotion of an antiracist education that values knowledge and memories of lives that are often rendered invisible.

Keywords: Rua da macacada, Places of Memory in Abaetetuba, teaching history in the early years of elementary education.

Introdução

O presente estudo constituiu-se a partir da disciplina Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de História, do Curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA, ministrada pelo professor Sérgio Bandeira. Tal componente curricular é imprescindível para a formação dos profissionais da Pedagogia, uma vez que possibilita a atuação do/a Pedagogo/a para ações docentes no ensino de história para os anos iniciais do ensino fundamental.

Nesse viés, o objetivo geral deste estudo é compreender a “Rua da Macacada”¹ como lugar de memória de vidas negras na cidade de Abaetetuba e as potencialidades da história local para o ensino de história nos iniciais do ensino fundamental. Como base para essa pesquisa, discuto sobre as correntes historiográficas e sua influência no ensino de história, bem como apresento alguns conceitos de suma importância, como “memória” e de “lugares de memória”. Para isso, como aporte teórico utilizei autores como Adiche(2019), Silva (2016), Azevedo e Stamatto (2010), Barros (2013), Barros (1989), Fonseca (2003), Gonçalves (2015), Haley e Faria (2021), Nora (1993), Pereira (2016), Silva e Silva (2009).

¹ A “Rua da Macacada” ou “Vila da Macacada” é um logradouro público, situado em um perímetro da Travessa José Gonçalves Chaves, no Bairro do São Lourenço, em Abaetetuba-Pa. Aqui nesse estudo, iremos utilizar a demonização de “Rua da Macacada”.

Foto 1: A Rua da Macacada e moradores jogando baralho a beira do campo



Fonte: Acervo da autora (2025)

Como metodologia de pesquisa utilizo a abordagem qualitativa que, conforme Ludke e André (1986) tem como instrumento principal o próprio pesquisador, e o ambiente natural como sua maior fonte de dados. Também, adoto a História Oral como instrumento de coleta de dados, a qual se baseia em depoimentos orais, especialmente entrevistas gravadas, como fonte principal para a análise histórica. Esse método busca incluir vozes de grupos historicamente marginalizados, como trabalhadores, mulheres e populações periféricas, assim, a História Oral contribui para ampliar o campo da história social e o debate sobre identidade e memória. De acordo com Silva e Silva (2009), essa abordagem visa a recuperação da memória de grupos sociais excluídos pela história escrita. Nas décadas de 1960 a 1990, a memória ganhou centralidade: lapsos, falhas ou desvios na lembrança se tornaram elementos imprescindíveis para compreender como os sujeitos relacionam passado e presente.

Também utilizei como ferramenta a pesquisa bibliográfica com o objetivo de fundamentar teoricamente a temática abordada. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa é desenvolvido a partir de material já publicado, principalmente livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador aprofundar-se no conhecimento existente sobre o assunto investigado.

A estrutura do artigo está organizada em quatro tópicos principais, iniciando pelo breve percurso da disciplina FTM de História que originou o presente estudo, após isso, discorro sobre as correntes historiográficas e o ensino de história, em seguida, trato sobre memória e lugares de memória, para posteriormente destacar a “Rua da Macacada” como objeto de investigação, na perspectiva de pensa-la como um lugar de memória de vidas negras na cidade de Abaetetuba e encerro com os resultados obtidos.

1- O percurso da disciplina FTM de História e a formação para a docência em Pedagogia.

Durante o desenvolvimento da disciplina FTM de História, buscou-se compreender alguns conceitos fundamentais da ciência histórica e, com isso, apreender narrativas históricas como objeto de pesquisa, também, desenvolver estudos críticos sobre os conteúdos e metodologias aplicadas ao ensino de história para as séries iniciais do Ensino Fundamental.

As problematizações iniciais partiram da obra “O perigo de uma história única” da autora nigeriana Chimamanda N. Adiche em que foram discutidos a centralidade dos valores culturais eurocêntricos e norte americano e os estereótipos sobre a vida de povos africanos, o que pode, inclusive, aplicar-se também aos povos latinos americanos como nós. Na sequência das aulas, adentramos nos debates a respeito das correntes historiográficas, a sua influência na produção do saber histórico e os reflexos nos conteúdos e no ensino de história – temas que serão aprofundados posteriormente neste estudo. A partir do artigo “Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil” de Crislane Barbosa Azevedo e Maria Inês Sucupira Stamatto, discutiu-se a relação entre as diferentes correntes históricas e correntes pedagógicas e como isso se traduz no ensino de história, principalmente no nível do ensino fundamental.

Ainda como parte das estratégias metodológicas da disciplina FTM de História, para entender as possíveis lacunas no processo formativo docente e como se concretiza o ensino de história na sala de aula, foram realizadas entrevistas com docentes que atuam com o ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental, em sua maioria constituída por profissionais com formação no campo da pedagogia. Segundo, Nascimento e Moraes (2013), adaptar conhecimentos históricos em conteúdo que possam ser ensinados de forma efetiva é responsabilidade tanto do professor licenciado em História quanto do pedagogo que leciona nos anos iniciais do ensino fundamental. Para esses autores, é necessário buscar a superação dos modelos teóricos tradicionais da história e dos métodos usualmente adotados no ensino dessa disciplina, de maneira a adotar novas formas de conceber e narrar a história.

A partir dessas problematizações, entende-se que é necessário que o professor amplie o seu domínio de variadas concepções históricas e pedagógicas para que ele possa definir a maneira em que irá abordar os conteúdos históricos em sala de aula, que preferencialmente deve ir de acordo com público escolar para uma aprendizagem significativa. É de suma importância levar em consideração a vida dos alunos, isto é, cotidiano, contexto sociocultural, classe social, família e, partindo desses pontos, traçar o processo de ensino e aprendizagem,

dessa forma, eles se sentem integrantes e ativos no processo histórico, logo, gerando relações de pertencimento e mais interesse para aprendizagens em história.

Porém, ao relacionar essas questões com as entrevistas realizadas com os docentes, percebemos que os professores encontram muitas dificuldades para implementar essas metodologias em sala de aula, dentre elas: a superlotação nas salas de aula, o que gera dificuldades para se manter uma dinâmica de ensino e aprendizagem proveitosa, recursos didáticos que na maioria dos casos são universalizados, principalmente os livros didáticos, não levando em consideração o contexto social do aluno para o qual é destinado, também, a carência de um estudo mais aprofundado em história, o que abre lacunas na sua própria formação docente. Logo, para além da base teórica de conteúdos que se deve ensinar e como se deve ensinar história, são necessários subsídios para que esse ensino ocorra de modo assertivo para os próprios alunos em imersão a sua própria realidade.

Também, discutimos a respeito do estudo da história local e do cotidiano, abordando os conteúdos históricos ensinados nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como a importância da localidade, a comunidade e o próprio cotidiano no qual os alunos estão inseridos e, a partir disso, dar início ao ensino de história de forma a possibilitar que o aluno se reconheça como sujeito ativo e determinante historicamente. Por último, destacou-se sobre a importância da “memória” e o conceito de “lugares de memória”, temas que serão abordados mais adiante.

As problematizações propostas na disciplina FTM de História foram fundamentais para a nossa formação como graduandas/os em Pedagogia, pois permitiu a compreensão de conceitos e contextos históricos sobre as sociedades, as culturas e os próprios sistemas educacionais no decorrer do tempo, possibilitando a produção do conhecimento a partir de uma visão crítica sobre as práticas pedagógicas e o desenvolvimento da educação. Além disso, o estudo da história fornece a base para a construção do conhecimento, ajudando os/as profissionais da pedagogia a entender os processos sociais, políticos e culturais que influenciam a educação, o que é essencial para planejar e mediar práticas educativas contextualizadas e significativas para os alunos.

Outro aspecto importante é o desenvolvimento do pensamento crítico, uma vez que a disciplina estimula a análise, interpretação de fontes e a compreensão de diferentes narrativas e perspectivas. Essas habilidades são essenciais para lidar com a diversidade e pluralidade presentes no ambiente escolar. A disciplina também contribui para o resgate da identidade cultural e social, valorizando a história local, o que promove o respeito pela diversidade cultural e fortalece a identidade dos estudantes.

Por fim, ao compreender as desigualdades, os conflitos e as lutas sociais presentes na história, o/a profissional de pedagogia se torna um agente consciente e crítico, capaz de atuar para promover uma educação que favoreça a justiça social e a inclusão. Dessa forma, a disciplina de FTM de História é um instrumento indispensável para a formação integral do profissional em Pedagogia.

Portanto, é necessário que se entenda que houve um caminho percorrido para que essa perspectiva de ensino se estabelecesse, assim, para compreendermos o ensino de história da maneira que se manifesta atualmente, é necessário analisarmos as correntes historiográficas, isto é, as diferentes concepções pelas quais a história pode ser produzida e entendida e, inclusive, ensinada.

2 – A virada historiográfica e o Ensino de História.

Inicialmente, irei me deter ao estudo das mais influentes correntes historiográficas, a “Positivista”, a “Marxista” e a “Escola dos Annales”. Conforme Stamatto e Azevedo (2010), a influência dessas vertentes sob o ensino de história se deu a partir da década de 1930, com a Reforma Francisco Campos².

A Corrente Positivista influenciou na produção do conhecimento histórico de forma rigorosamente linear para um modelo de sociedade harmônica; a funcionalidade da História se resumiria em levantar dados de forma científica, porém, livre de interpretações críticas e posicionamento pessoal, portanto, cabendo ao historiador estritamente o papel de coletar e narrar os fatos de forma imparcial e impessoal, pois a história, segundo Azevedo e Stamatto (2010, p. 712) “seria produzida por um sujeito neutro que evitaria hipóteses, não julgaria e não problematizaria o real. O passado seria reconstruído minuciosamente, por uma descrição definitiva, construída a partir de documentos escritos e oficiais”.

O currículo a partir da concepção positivista privilegia a visão eurocêntrica, de maneira a destacar “grandes feitos” de “grandes homens” que logicamente são detentores do poder e de privilégios, contando a história a partir da perspectiva de seus próprios interesses, de modo a não contemplar os variados grupos socioculturais, logo, a história produzida a partir desse padrão historiográfico acaba por fazer a manutenção das estruturas de desigualdade social. Nessa linha, o ensino de História não inclui o aluno como sujeito do processo de ensino e

² Conforme Dallabrida (2009), a Reforma Francisco Campos, realizada em 1931 durante o Governo de Getúlio Vargas, centralizou o controle da educação pelo Governo Federal, padronizou os currículos escolares e valorizou o ensino secundário clássico e o ensino superior.

aprendizagem, uma vez que, não fazendo parte desse grupo dominante, ele não se vê representado na História, mas sim, alheio a ela, como se esta não tivesse influência no seu contexto social, o que pressupõe a ausência de reflexão crítica. Segundo Barros (2013),

O cotidiano pode ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é repleta e permeada de alienação. Perceber o cotidiano como espaço privilegiado das transformações históricas também possibilita que os alunos percebam a si mesmos como sujeitos da História. (Barros, 2013, p.10)

Sob outras perspectivas, a Corrente Marxista entende a evolução histórica a partir da base material, isto é, segundo Stamatto e Azevedo (2010, p. 74), esse modelo caracteriza-se “na maneira como os homens produziam e usavam os instrumentos para criar os seus meios de subsistência. De forma simplificada, pode-se dizer que a história na visão marxista apresenta as seguintes características: a base real ou efetiva da história humana é a vida material”.

Nessa perspectiva, as ideias da classe dominante prevalecem na sociedade e a forma como a sociedade organiza para a produção e a distribuição de bens não é determinada pela vontade ou consciência dos indivíduos, mas é resultado de um estágio específico no desenvolvimento das estruturas socioeconômicas. Para o marxismo, a História tem a função de compreender cientificamente a sociedade para guiá-la à inevitável queda da estrutura de classes rumo a uma sociedade nos moldes do socialismo e ao modelo comunista, onde o proletariado seria o agente principal dessa revolução. Nesse viés histórico, são abordados três aspectos principais: o materialismo histórico, a dialética e a economia política. O materialismo histórico é entendido como a realidade das sociedades, isto é, as ações humanas, a economia, os conflitos. Conforme as reflexões de Pereira (2016, p.44), o que dão o sentido para a vida sociedade,

são as forças produtivas e as relações de produção; as riquezas e divisões de classe são frutos das relações econômicas que acontecem nessa sociedade e, por fim, as transformações e revoluções que se configuram nela não podem ser explicadas corretamente pela Filosofia, mas sim pela Economia, pois é ela que determina tudo. São as relações materiais, ou seja, as relações econômicas que dão sentido à vida social, que determinam a história da humanidade.

A dialética seria o método, ou seja, a forma como se entende esse mundo real, considerando que tudo está em constante mudança e que os conflitos entre classes sociais movem a história. Para o marxismo,

as classes sociais são o que move a História, as lutas diárias exercidas por elas geram a dinâmica que impulsiona a sociedade a seguir em frente, pois entendem que esses conflitos geram contradições que ao serem resolvidas proporcionam mudanças

sociais e conseqüentemente movimento, avanço e dinâmica para as relações cotidianas. (Pereira, 2016, p. 45)

Para entender tais estruturas, é preciso analisar os modos de produção, isto é, as formas como a sociedade organiza a produção de bens. Cada modo de produção tem dois aspectos principais, a infraestrutura que seria a base material da economia (ferramentas, tecnologia, trabalhadores, etc) e a superestrutura que seriam as relações ideológicas (leis, religiões, formas de governo, etc). Nesse âmbito, a classe dominante, por meio da monopolização dos meios de produção, impõe seus privilégios, enquanto a classe dominada é obrigada a vender sua força de trabalho em troca de um salário.

O ensino-aprendizagem de história conforme a corrente Marxista não segue a cronologia rigorosa adotada pela Corrente Positivista, nela, a história é entendida de forma totalizada e dinâmica. O ensino deve respeitar e reconhecer as diversas formas de manifestação social, onde seu grupo social é entendido como um agente construtor do processo histórico, também, busca-se o entendimento das diferenças sociais e econômicas como uma forma de valorização do homem.

Outra concepção que possui grande influência sobre o campo historiográfico e o ensino de história é a Escola de Annales. De acordo com Pereira (2016), essa linha historiográfica foi fundada na França, no início do século XX, por Marc Bloch e Lucien Febvre, e passou por três fases até os dias atuais. A primeira fase (1920–1945) foi marcada pela crítica à história tradicional, privilegiava-se a história econômica e social. A segunda fase (1945–1968), liderada por Fernand Braudel, privilegiou a história econômica em detrimento da história social, justificada pela intensa expansão econômica verificada pós Segunda Guerra Mundial. Já a terceira fase (1968- dias atuais) caracterizou-se pela multidisciplinaridade, abrindo espaço para perspectivas de autores como Le Goff, Le Roy Ladurie e Pierre Nora³, há a preocupação para temas específicos, como mulheres, crianças, famílias, em detrimento da preocupação com a história totalizada, que se verificava nas correntes anteriores.

A história, no Brasil, sofre no ensino a influência dos Annales em sua 3ª etapa – a Nova História – no final do século XX, momento em que o novo público escolar, maior e mais diversificado a partir de 1970, passa a exigir da escola respostas para as suas inquietações. A história antes centrada nos feitos dos heróis e dos administradores públicos passa a partir de então a ceder lugar para uma história ensinada preocupada com a compreensão da realidade social e histórica. (Stamatto, Azevedo, 2010, p. 718)

³ Vale ressaltar que esse autor é imprescindível para o presente estudo, pois traz o conceito chave de Lugar de Memória para essa pesquisa.

A Escola dos Annales exerce grandes contribuições para o ensino de história, dentre elas, destacam-se a perspectiva da história global, noções de múltiplas temporalidades e a história a partir de questões-problema. A história global confere destaque às experiências e cotidiano dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, em que se parte da problematização de sua realidade social e histórica, o estudo se dá a partir de eixos temáticos, de modo que, “se transite das partes para o todo e vice-versa, em constante vai-e-vem no tempo e no espaço, permitindo a compreensão da totalidade do social em suas contradições, mudanças e permanências e, portanto, na sua historicidade.” (Stamatto, Azevedo, 2010, p. 719)

A partir da perspectiva das múltiplas temporalidades, para além do tempo cronológico, há outras variantes de temporalidade, como o tempo biológico, psicológico, cultural, na medida em que os homens fazem a história. As questões- problema possibilitam que o ensino de história tenha como enfoque indagações e problematizações de questões atuais do contexto social do aluno e, a partir desse ponto, parta para a busca de respostas em acontecimentos do passado.

Em suma, a renovação historiográfica é responsável por grandes mudanças no ensino de História. O conteúdo histórico tradicional que antes se verificava, focado em grandes figuras dos círculos de poder e seus feitos, hoje abre possibilidade para a compreensão da realidade social e histórica, valorizando grupos sociais minoritários que antes eram esquecidos, as micro realidades, aos diversos atores que constroem a história. Esse viés de ensino da história possibilita que o aluno se reconheça como sujeito ativo na construção histórica, o que vai instigá-lo a desenvolver uma visão crítica sobre o mundo social.

3– História, Memória e Lugares de Memória.

O conceito de memória pode variar de acordo com o campo de estudo, como a psicologia, historiografia e outras áreas, mas é apenas em 1970 que os historiadores da Nova História começaram a trabalhar com a memória, principalmente, a história oral como fonte histórica.

De acordo com Silva e Silva (2009) a memória não é sempre individual, na verdade, o tipo de memória que mais interessa aos historiadores é a memória coletiva, formada por experiências vividas ou transmitidas, que não pertencem exclusivamente a uma só pessoa, mas são compartilhadas por um grupo ou comunidade. Também, os autores pontuam que há diferenças entre História e Memória, sobretudo por que a História lida com os acontecimentos que são trazidos à tona e discutidos socialmente, enquanto a Memória se concentra

principalmente na maneira como esses eventos são percebidos e sentidos pelas pessoas. A memória resgata aquilo que está esquecido ou escondido, tanto no nível individual quanto coletivo, ao passo que a História se ocupa do que foi revelado e reconhecido pela sociedade.

A memória costuma ressaltar acontecimentos vivenciados particularmente pelo grupo, como fenômenos da natureza, rituais, entre outros, em detrimento daqueles acontecimentos históricos abordados comumente pela historiografia. Em segundo lugar, a memória firma a identidade do grupo, mas, tende a se concentrar em eventos “fundadores” (como revoluções, fundações, vitórias ou traumas), que passam a representar todo o passado do grupo, também, não se prende ao tempo cronológico, mas sim, a marcos simbólicos, atrelados mais a imagens do que em datas, além disso, o esquecimento também faz parte do mecanismo da memória, pois muitas vezes é voluntário, de maneira que o grupo reelabora constantemente os fatos.

Conforme Halbwachs (*apud* Barros, 1989, p. 32) a distinção entre Memória Coletiva e Memória Histórica se dá pelas formas distintas em que estas são concebidas, de maneira que a História se coloca acima dos grupos, analisando-os de fora, na medida em que a Memória Coletiva pressupõe a inserção dentro das experiências coletivas, de modo geral, o que as diferencia é a captação ou não da consciência coletiva, que entende-se como o passado que se perpetua na consciência do grupo.

Entre a nação e o indivíduo existem grupos que têm sua memória e que agem mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros. É no interior desses grupos que se desenvolvem as memórias coletivas originais. Ao mesmo tempo que vincula a memória coletiva ao grupo, estabelece uma visão dinâmica e processual tanto do grupo como da memória, ao procurar relativizar a memória coletiva e também a individual através dos conceitos de tempo e espaço. (Barros, 1989, p. 33)

A memória coletiva determina o que será lembrado e o que pode ser esquecido. Os grupos sociais constroem versões do passado que servem a suas necessidades no presente, de forma que a memória é constantemente atualizada conforme os interesses coletivos.

A constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho. Nessa ótica, o indivíduo participa de dois tipos de memória, a individual e a coletiva. (Silva, 2016, p. 248)

Ademais, o historiador francês Pierre Nora, ligado à terceira geração da Escola de Annales, entendia que a memória coletiva é conservada no que chamou de “Lugares de Memória”, que têm aspectos materiais, simbólicos e funcionais. Os “materiais” seriam objetos ou espaços físicos nos quais a memória se manifesta, como monumentos, museus, arquivos, prédios históricos, entre outros. São locais físicos, que servem como suporte concreto da memória. Os “simbólicos” referem-se a datas comemorativas, músicas nacionais, tradições,

etc. Já os aspectos “funcionais” são práticas, instituições e estruturas que mantêm e reproduzem certas memórias. O ensino da história nacional nas escolas, por exemplo, é um meio funcional de transmissão da memória coletiva. Nessa categoria entram também a mídia e instituições acadêmicas que normatizam a linguagem e a cultura nacional.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. (Nora, 1993, p. 21-22)

O trabalho de Nora se manifesta em contrapartida a visão tradicional da história como uma simples reconstrução impessoal do passado. Para ele, a construção da memória se dá por processos seletivos, políticos e simbólicos que determinam o que é lembrado e o que é esquecido. Assim, os lugares de memória são, acima de tudo, construções sociais e políticas que buscam fixar lugares para o resgate da memória de grupos sociais que muitas vezes são esquecidos pela história tradicional.

O texto “Lugares de memória, memória concorrente e leis memoriais”, de Janice Gonçalves (2015) inicia com a seguinte indagação: “É mesmo possível determinar lugares onde residiria a memória”, pois segundo a autora, os sentidos da expressão “lugares de memória”, inicialmente definidos por Pierre Nora, tornam-se difíceis de apreender devido a força dos significados das palavras “lugar” e “memória”, tornando-se facilmente compreendido como o local onde a memória se instala, como uma espécie de depósito que rapidamente é associado a museus, arquivos e dessa forma, a memória pode acabar adquirindo um sentido de “coisa”.

Para Gonçalves (2015) melhor seria pensarmos em vetores de memória ao invés de lugares de memória, pois a memória busca algo que a mobilize e de alguma forma a carregue, daí passa-se a pensar, em vez de lugares, em vetores, já que a palavra vetor indica aquilo que porta algo, transmite, aponta e orienta. Ou seja, a memória não está nos artefatos, músicas e etc, e sim é ativada por meio desses elementos, aos quais lembranças são associadas.

Ademais, a respeito das memórias concorrentes, Gonçalves (2015) infere que esta consiste na multiplicação de afirmações e reivindicações de memórias, isto é, foram postas em conflito por diferentes grupos e, a partir daí, levaram a resolução dessas tensões por meio de judicialização, assim, surgindo as leis memoriais, que determinavam em caso de conflito qual a versão deveria ser considerada a “correta” e deveria ser respeitada sob ameaça de penalidades.

Pierre Nora (2011) *apud* Gonçalves (2015) ressaltava que a memória perdera seu sentido e seu estatuto, convertendo-se em uma disputa, uma causa, uma indústria, um meio de pressão. As leis envolviam processos históricos traumáticos, identificando atos cruéis ou pessoas que infringiram castigos físicos e pessoas que viveram algum trauma ou dor em algum momento da história, como o tráfico negreiro, escravidão. Porém, os historiadores eram obrigados a aceitar aquela versão que a lei determinava como correta. Nora fazia críticas às opressões e as ações judiciais com o trabalho do historiador e defendia a liberdade aos pesquisadores em dar uma "nova versão histórica" para os feitos do passado.

Ademais, durante oficialmente 388 anos, o Brasil teve como base de sua economia a escravização de pessoas negras, as quais eram arrancadas do continente africano contra sua vontade, nesse sistema, estas eram tratadas de forma sub-humana, torturadas, silenciadas, estupradas. Na história tradicional, que tende a privilegiar figuras de poder, a história do povo negro é resumida ao período de escravidão, como afirma Ribeiro (2019, p.3), em seu livro intitulado “Pequeno Manual Antirracista”:

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que "aceitou" a escravidão sem resistência.

Tal fato se deu consequência de uma postura eurocêntrica, que julgava a cultura branca como a única digna de prestígio e valor. Também, essa era uma forma de tentar fazer com que as pessoas negras esquecessem suas raízes, e assim, deixassem de lutar por ela e, com isso, aceitassem ser submissas à elite. A exemplo disso, como conta Haley (2021), o primeiro passo adotado pelo sujeito de pele branca que comercializava pessoas negras era substituir seu nome original por outro nome de origem inglesa, conforme o autor, “Para todos os propósitos práticos, esse era o primeiro passo da desumanização psíquica do indivíduo ou, coletivamente, do povo” (p. 197).

Missiato(2021, p.255) contribui com esse debate ao expressar que a negação da identidade do indivíduo escravizado pela negação de seu nome implicava para aquele que o colonizava “como uma estratégia nominativa de objetificação das vidas negras, implicava à pessoa escravizada na desorganização de si, no enfraquecimento de sua potência ancestral e na obstrução dos sentidos seculares de Ser pessoa”

Esse autor, infere que a branquitude silenciou a identidade africana, de modo que o esquecimento da cultura negra não é ocasional, mas sim, é algo pensado e utilizado em prol de uma sociedade de hegemonia branca, com isso, alguns aspectos da ancestralidade de pessoas

negras acabaram se perdendo, não se sabe de qual reino do continente africanos seus ancestrais pertenciam, o que comiam, o que vestiam, como se organizavam politicamente, seus cultos,

Desse modo, enquanto a pessoa branca sabe, nós, pretas e pretos do Brasil, não sabemos. E não sabemos pelas imposições da colonização, pela força aniquilante da escravidão que reduziu a negritude a uma subcategoria humana que, sem acesso à história original, tomou para si mesma apenas os relatos da desonrosa posição existencial determinada pela coloração das epidermes. (Missiato, 2021, p. 253)

Além disso, mesmo após a abolição da escravidão, com a assinatura da Lei Áurea, não foi concretizada nenhuma política pública que desse ao menos a oportunidade de superação das desigualdades geradas pelo período de escravista, mesmo “livres” as pessoas negras eram excluídas das organizações políticas do Estado, da literatura, da música, em resumo, estes foram afastados de todo acesso ao prestígio social e poder (Missiato, 2021).

Entretanto, mesmo com os esforços da sociedade racista de apagar a história e a cultura africana, “o povo negro é sempre insurgência a reivindicar espaços e a produzir respostas criativas a essas questões, não permitindo o êxito dos projetos coloniais que buscam desenraizar a presença negra da história nacional” (Missiato, 2021, p. 254), dessa maneira, uma das principais formas de transmissão da cultura negra era a história oral.

Em seu trabalho “História Negra, História oral e Genealogia”, Haley (2021) conta a história de sua ancestralidade a partir de Kin-Tay, um homem negro de origem africana que foi arrancado de sua terra natal para ser escravizado, onde apesar dos esforços do escravizador de substituir seu nome original por um nome inglês e assim fazê-lo esquecer suas origens, Kin-Tay resistiu, fazendo questão de usar seu nome de nascimento, bem como nomear os objetos ao seu redor de acordo com sua língua materna.

Kin-tay passou esse conhecimento e a história de suas vivências para sua filha, Kissy, que passou os ensinamentos e a história do seu pai para os seus filhos, e assim por diante de geração em geração até chegar à avó materna de Haley, que mesmo após tantos anos, ainda contava com orgulho a história de resistência daquele homem que manteve de forma tão forte suas raízes vivas que foram transmitidas de geração em geração através da oralidade.

A transmissão de memórias negras através da história oral foi de suma importância para a formação e resgate da cultura negra, pois com os intensos esforços da hegemonia branca de apagar sua história, a transmissão oral era uma das únicas formas de manter viva a história e cultura de pessoas negras. O estudo de memórias negras requer um olhar singular, é necessário que se reconheça o longo processo de invisibilização contra esse grupo que, mesmo que de forma mitigada e velada, ocorre até hoje, bem como reconhecer suas consequências que, até os dias atuais, ainda podem ser verificadas nas falácias da democracia racial e da meritocracia.

Dessa maneira, é papel da sociedade em geral reunir esforços para que a memória negra seja valorizada e disseminada. Sobretudo, pessoas brancas têm a obrigação de exercer uma postura antirracista, de maneira a não medir esforços para a aproximação da superação total da desigualdade racial, isso por que, apesar de não terem causado e participado do processo de escravização, estas usufruem dos privilégios gerados pela hegemonia branca.

E, além disso, com uma sociedade estruturalmente racista, é comum pessoas brancas agirem de forma racista, mesmo que de forma velada. Apesar de que, por vezes, essa atitude se manifesta de forma inconsciente, ela não deve ser normalizada, cabe a pessoa branca buscar entender o racismo intrínseco na sociedade e nas próprias ações, bem como buscar conhecer a história negra e consumir os produtos de sua cultura. Como afirma Ribeiro (2019, p. 4)

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas.

Portanto, a partir dessa discussão, entendo que é necessário abrir espaço para o debate sobre memórias negras também no campo acadêmico, pois compreendo a necessidade de valorização desse grupo étnico, além disso, faz-se importante resgatar essas memórias para compreensão dos arranjos sociais.

4 - Tecendo fios de memórias de vidas negras na cidade de Abaetetuba.

A partir do exposto, busco investigar e relacionar lugares de memórias negras na cidade de Abaetetuba. Para isso, utilizo como objeto de estudo a Rua da Macacada, localizada na Tv. José Gonçalves Chaves, bairro São Lourenço, Abaetetuba- PA. Pierre Nora (1993), propõe o conceito de lugares de memória que, dentre outros aspectos, compreende espaços físicos nos quais a memória coletiva é despertada e preservada. Nesse sentido, a Rua da Macacada pode ser compreendida como um lugar de memória das vidas negras, uma vez que se configura como uma fonte de lembrança viva, marcada pelas vivências e resistências da população negra que são transmitidas oralmente e mantidas tanto na memória da comunidade quanto na da cidade. Ademais, partirei da perspectiva da Escola Historiográfica dos Annales, pois conforme Stamatto e Azevedo (2010) essa corrente defende a abordagem de fontes históricas variadas, como a memória, além disso, essa corrente se preocupa em compreender a realidade social de grupos historicamente marginalizados, como a população negra.

Dessa forma, para entender a história da formação da Rua da Macacada, isto é, quem eram os primeiros integrantes, qual sua região de origem e o motivo pelo qual se estabeleceram aqui, contatei uma pessoa que possui grande conhecimento a respeito da história de Abaetetuba, inclusive o sobre o local abordado neste estudo. Seu nome é Luiz Pedro Felgueiras, 72 anos, nascido e criado em Abaetetuba e trabalha no IBGE há aproximadamente 45 anos.

Conforme o entrevistado, antigamente, existiam proprietários de barcos chamados regatões, que seriam um tipo de comércio ambulante que saía de Abaetetuba para a região do Baixo até o Alto Amazonas. Nesse percurso, muitas pessoas vinham de outros municípios para Abaetetuba, dentre elas o Sr. Lourival da Silva Nunes (mais conhecido como “Seu Giz”), que embarcou como trabalhador na embarcação de propriedade do Sr “Santinho Frio” quando este passava por Breves, no Marajó. Segundo o relato do entrevistado, Sr. Luiz, o “Seu Giz”, homem negro e corpulento, como apresentado em imagem na sequência desse estudo, era descendente de escravizados e achou que Abaetetuba seria um bom lugar para morar devido a fartura e variedades de alimentos que existe na região, por isso, entre uma e outra viagem trouxe outros familiares que acabaram se estabelecendo em Abaetetuba e assim formaram suas famílias.

Ele afirma que seu conhecimento em relação a trajetória do “Seu Giz” se deu inicialmente porque, a sra. Maria, irmã do Sr. Giz, lavava roupa para várias pessoas, inclusive para a mãe do entrevistado Luiz, e assim, por meio dessa relação de trabalho, criou-se um convívio já que ela e outras pessoas de sua família faziam esse trabalho para sua mãe.

O entrevistado relata que a família do Sr. Giz residia no local onde hoje se chama “Macacada” por ser uma área de várzea e conseqüentemente os terrenos eram mais baratos, e assim, aos poucos foram construindo casas. O nome oficial da rua onde se encontra a Rua da Macacada é “Travessa José Gonçalves Chaves” em homenagem a um português, segundo ele, branco de olhos azuis e que coincidentemente era irmão da avó do entrevistado, a Sra. Elvira Gonçalves Felgueiras.

Ele conta que o Sr. Giz, após fixar moradia em Abaetetuba, passou a trabalhar para o proprietário do barco em que veio, porém, trabalhou também em outros barcos, sendo um deles do sogro do entrevistado, Sr. Luiz Felgueiras, exercendo atividades de carregador de mercadorias. Com o fim das atividades dos regatões e sua família aumentando, “Seu Giz” passou a trabalhar como carregador de diversas mercadorias pela cidade, com auxílio de seu carro de mão e seus filhos também passaram a exercer essa atividade.

A entrevista com o Sr. Luiz concedeu informações que possibilitaram a realização de uma pesquisa mais aprofundada sobre o Sr. Giz e sua contribuição para a formação da Rua da

Macacada, assim, teve acesso a um documento emitido pela Câmara Municipal de Abaetetuba em 12 de novembro de 2019, que diz respeito a outorga de Título de Cidadão Abaetetubense para o senhor Lourival Silva Nunes, em reconhecimento ao desempenho e relevantes serviços prestados a cidade de Abaetetuba.

A princípio esse documento comprova que o Seu Giz não era originário do município de Abaetetuba, como relatado pelo entrevistado. Nessa fonte, afirma-se que “Seu Giz” chegou nesta cidade aos 14 anos de idade, sempre morou na região da Macacaúba (hoje mais conhecida como Rua da Macacada), essa região, conforme o documento, pertencia a família da primeira esposa de seu Lourival. A partir de sua chegada em Abaetetuba, o Sr. Giz trabalhou incansavelmente entre sol e chuva, de dia e de noite, criou todos seus 15 filhos com suor de trabalho digno e pesado, foi até onde seu corpo permitiu, atuou em grandes embarcações que são marcos para a história de Abaetetuba, como a “Taça de Prata”, “Silva Dias”, “Caliandares” e muitas outras.

O documento afirma que há informações extra- oficiais de que a Rua da Macacada seria uma comunidade quilombola, entretanto, não há documentações que comprovem esses indícios. O texto finaliza da seguinte forma:

Dessa forma, considerando também o dia 20 de novembro (dia da Consciência Negra) deseja-se homenagear esse ator social que vive e trabalha em média 66 anos neste município. Um homem negro, pai de família, que saiu de sua cidade a trabalho e aqui neste município trabalhou também e faz parte da história do município. Giz é um cidadão muito conhecido, sobretudo na feira municipal e comércio, pois muito contribui nesses espaços, afinal de contas o giro econômico do município está em torno do terceiro setor, o comércio. (Abaetetuba, 2019)

Foto 2: O Sr. Lourival Nunes (“Seu Giz”) recebendo o título de Cidadão Abaetetubense



Fonte: Facebook, 2020. Acesso em 18/08/2025

Infelizmente, aos 81 anos de idade seu Lourival veio a óbito no dia 20 de agosto de 2020, vítima de um infarto. É inegável seu legado para Abaetetuba, tanto que se tornou uma figura conhecida por muitos na região, era admirado e exaltado onde passava. O reconhecimento e homenagem deste cidadão pela Câmara Municipal de Abaetetuba é de extrema importância para a valorização de memórias de vidas negras na cidade de Abaetetuba.

Ademais, entrevistei também a Sra. Maria da Conceição (mais conhecida como “Pitioca”)⁴ com o intuito de investigar a respeito das vivências de uma pessoa que está intimamente ligada a Rua da Macacada. Ela tem 60 anos de idade e conta que foi nascida e criada no município de Abaetetuba, na Rua da Macacada, é sobrinha do Sr. Giz. É casada há 44 anos e tem 10 filhos, sendo 5 meninas e 5 meninos, trabalha desde criança como doméstica.

⁴ É importante registrar que “pitioca” é um termo pejorativo, que deriva do termo “pretioca”, um diminutivo da palavra “preta”, assim como o apelido “Giz”, que foi atribuído ao senhor Lourival como uma forma de depreciar e ironizar a cor de sua pele, pois o Sr. Lourival era um homem negro e objeto ao qual o seu apelido se refere é branco.

Sobre como surgiu o nome da rua, ela explica que durante um período seu pai trabalhava com uma madeira extraída de uma árvore chamada Macacaúba, que era muito presente nessa localidade, então, o nome “macacada” surgiu a partir dessa planta. Porém, ela afirma que além da ligação com o nome das árvores, ela se deu também a partir de uma associação racista motivada pelo fato de que a grande maioria das pessoas que lá residiam eram pretas. A respeito de como ela se sente sendo reconhecida como moradora da Rua da Macacada, ela afirma que quando mais nova não reagiu bem quando diziam que suas origens eram de lá, pois recorrentemente tinham o intuito de ofendê-la com esse fato, pois para muitas pessoas aquele era um lugar associado a violência e muitos outros estereótipos atribuídos às pessoas negras, entretanto, ela afirma que hoje sente orgulho de suas raízes, apesar de tais preconceitos ainda serem recorrentes.

Durante a entrevista, ela conta que a Rua da Macacada era composta majoritariamente por pessoas negras há tempos atrás, todavia, hoje a miscigenação é muito presente lá, por isso pergunto como ela vê essa questão, ela diz que, no ponto de vista dela, dentro de sua comunidade deveriam haver só pessoas negras para continuar o legado que os antigos deixaram, porém como isso não está em seu controle ela afirma que o melhor é aceitar de uma maneira positiva.

Também, ela relata alguns casos de racismo que ela e as pessoas da comunidade sofreram. Dona Conceição teve a oportunidade de estudar somente até a quarta série do ensino fundamental, ela nos conta que nesse período, por ser negra, era obrigada a estudar em salas separadas de crianças brancas, além disso, não podia nem tocar em pessoas brancas e era proibida de entrar em certos locais. Ela nos relatou também a respeito de uma tia que foi trabalhar em Belém em uma casa de família para cuidar de duas crianças, lá ela era humilhada de todas as formas, teve sua cabeça raspada devido a seu cabelo ser crespo, dormia no chão.

É notório como as pessoas dessa localidade sofreram no passado e ainda hoje com a desigualdade social gerada pela discriminação racial, isso é muito recorrente e marcante em suas memórias, a Sr. Maria conta que a maioria das pessoas mais antigas da Rua da Macacada são analfabetas, não sabem assinar seu próprio nome, grande parte deles era obrigada a escolher entre estudo e trabalho, e na maioria das vezes eram obrigadas a optar pelo trabalho, em vista das necessidades financeiras. Dona Maria é um exemplo disso, pois teve que largar os estudos para trabalhar, muitas vezes esse trabalho não era remunerado, mas sim, em troca de roupas comida, ela afirma que era obrigada a aceitar essas condições, caso contrário não teria como adquirir o necessário para viver. Além disso, ela relata que nas casas onde trabalhava era

comum ser tratada de forma humilhante, não podia se sentar na mesma mesa que os donos na casa, só era permitido que ela fizesse suas refeições após todos os integrantes da família terminarem de comer e ela limpar toda a cozinha, além disso as roupas que eram dadas a ela eram as quais não serviam mais para as outras pessoas da casa.

Ela também conta que o apoio do governo no que tange a auxílios financeiros e políticas de igualdade nessa época eram insuficientes e tanto ela, como os filhos por vezes passavam fome. Porém, ela relata que hoje, com o desenvolvimento políticas públicas de assistência, às crianças tem mais facilidade de frequentar a escola sem precisar trabalhar, não há mais separação nas salas de aula, ela afirma que isso é de extrema importância para pessoas que já passaram por tantas dificuldades e conta com orgulho que seus filhos e outros familiares possuem trabalhos em empresas, fábricas e etc, os quais lhes proporcionam diversos direitos, o que não se verificavam nos trabalhos que eram exercidos por eles no passado.

Outra questão muito marcante nessa entrevista foi com relação aos apelidos que, como já foi mencionado, o dela é “Pitioca”⁵, ela conta que todos lá são apelidados e dificilmente são reconhecidos pelos nomes que foram registrados. E os apelidos sempre remetem a cor da pele da pessoa ou a sua personalidade, por exemplo, a prima dela é apelidada de “guerreira”, são muitas pessoas com denominações diversas, ela conta que é só falar do apelido e falar que aquela pessoa é da Rua da Macacada que já vão saber quem é. Ela afirma que para encontrar a maioria das pessoas de lá reunidas é só ir no dia de domingo quando ocorrem jogos de futebol no campo que se encontra no local. Ela cita, também, que conforme as pessoas vão se casando, acabam saindo daquela localidade para outros bairros de Abaetetuba, porém, mesmo assim continuam carregando o nome da Macacada em sua história, ela nos diz que “em todo lugar de Abaetetuba tem macacada, tem no Algodal, tem na Aviação. Em todo canto tem macacada”.

⁵ Conforme Lima (2013), “pretioca” era o termo atribuído aos ingleses negros como uma forma de diferenciá-los dos ingleses brancos, no contexto da imigração Barbadiana para Belém- Pa, no início do século XX.

4.1- Educação antirracista e as Potencialidades para o ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental a partir da “Rua da Macacada”.

Como abordado anteriormente, a história do povo negro passa por um longo processo de invisibilização. Perante a lei brasileira, somente na constituição de 1988 (cem anos após a abolição do sistema escravista) a cidadania negra foi respeitada firmemente, o documento repreende explicitamente qualquer tipo de preconceito de raça e distinção entre os indivíduos, no Art. 5º determina-se que a “prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.” (Brasil, 1988). Apesar de positivo, é necessário destacar que tal avanço legislativo não assegura melhorias sociais efetivas para pessoas negras por si só, são necessários esforços das instituições e da sociedade para que se desenvolva um entendimento e consciência coletiva em relação a história e do povo negro e suas particularidades, para que os direitos previstos em lei se manifestem na vida cotidiana de forma efetiva.

No âmbito educacional, principalmente, durante um longo período a real história negra foi suprimida, destacava-se a versão contada pelos homens brancos. Felizmente, como resultado das lutas do movimento negro e também de novas perspectivas de ensino que valorizam a história de grupos minoritários, como a Escola dos Annales, há um maior destaque e valorização da história étnico-racial de povos afro-brasileiros. A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases para incluir a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica, de maneira a abordar conteúdos como a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, a participação do negro na formação da sociedade nacional em seus aspectos sociais, econômicos e políticos, que devem ser trabalhados nas disciplinas de História, Artes e Literatura (Brasil, 2003).

Dessa maneira, destaco a importância do ensino de História nas séries iniciais do ensino fundamental para o desenvolvimento do pensamento social e crítico do educando. É nesse período que o aluno inicia o estudo mais aprofundado da História, logo, isso influencia diretamente em como o aluno irá entender a história e em como ele é situado nesse contexto. Para isso, o processo de ensino deve passar longe da neutralidade, é necessário que os conteúdos e metodologias sejam pensados e adaptados para quem e para que se ensina, desenvolvendo práticas pedagógicas que ultrapassem o ensino tradicional que é baseado na simples transmissão de fatos e datas, nesse nível de escolaridade, o processo de aprendizagem deve partir das vivências cotidianas das crianças, pois elas já possuem experiências e

conhecimentos que também podem ser entendidas como saber histórico, ainda que informal. Assim, o trabalho docente deve considerar o cotidiano, a família, a comunidade e os espaços de convivência como elementos fundamentais para a construção do conhecimento histórico.

Fonseca (2009) propõe que o ponto de partida do ensino de História seja a própria criança, situando-a como sujeito histórico e produtor de saberes, e a partir de seu modo de ser e viver desdobrar unidades temáticas de ensino, “ o objetivo é estabelecer um diálogo com a criança sobre sua vida, o tempo e a História, desenvolvendo as noções de sujeito histórico, identidade e história ” (p. 63). Além disso, o ensino de história nesse período deve ser construído de forma lúdica, utilizando contação de histórias, dramatizações, linhas do tempo e projetos interdisciplinares com Arte, Geografia e Língua Portuguesa,

a ludicidade africana e afro-brasileira se afirma como um elemento importante aos estudos culturais porque evidencia a capacidade de resistência, criação e recriação dos negros, no Brasil e no mundo. Capacidade de no contexto perverso da escravidão, colonização, diáspora, miséria e violência fazer nascer a beleza, o sorriso e um canto de esperança. Não significa negar a dor, mas recriá-la pela sensibilidade artística e expressá-la mais doce, mas não menos forte. (Cunha, 2013, p. 87)

É fundamental valorizar identidades e a diversidade, a história e cultura africana e afro-brasileira, indígena, diversidade cultural local e diferentes modos de vida ao longo do tempo, promovendo o respeito às diferenças e a percepção de pertencimento a uma sociedade plural.

É válido ressaltar que para além de ministrar os conteúdos previstos no currículo, é importante o processo educativo fomente uma cultura de valorização da história dos povos negros locais, de maneira a incluí-los como atores ativos e determinantes para a história. Na cidade de Abaetetuba, por exemplo, a Rua da Macacada é um excelente ponto de partida para se tratar a História e Cultura de povos afro-brasileiros, valorizando a história de vida e memórias de pessoas como o Sr. Lourival e Dona Conceição. Tal abordagem leva a um processo educativo que instiga a percepção de identificação e pertencimento dos povos afrodescendentes locais, o cotidiano do aluno e da comunidade deve ser inserido no processo de ensino de história nos anos iniciais, de forma a incentiva-lo a pensar de forma crítica sobre sua realidade e comunidade.

Os alunos são sujeitos e constroem a história de seu grupo e sociedade. As práticas didáticas buscam problematizar a relação passado-presente e, em geral, tomam a realidade do aluno como ponto de partida. Nos anos iniciais de escolarização, por exemplo, a história parte da história de vida dos discentes, para então resgatar a memória familiar, da comunidade ou município com possibilidades do aluno reconhecer os elementos que contribuíram para a formação da sua identidade social. (Azevedo, Stamatto, 2010, p. 709)

É importante destacar que para construção de um processo de ensino antirracista e inclusivo, é imprescindível que a formação dos professores seja incisiva perante essas questões, de acordo com Cunha e Freitas (2013), fomentar a implantação de uma educação étnico-racial dentro das instituições de ensino superior é resgatar o caráter emancipador das universidades, que busca o desenvolvimento e melhoria da nação, fomentando novos e melhores comportamentos sociais. O Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) Nº 03/2004 afirma que a formação inicial dos professores, principalmente nos cursos de licenciatura, deve direcioná-lo ao conhecimento da história e a cultura afro-brasileira e africana, a compreensão das dinâmicas do racismo estrutural e ao entendimento para identificar discriminações explícitas e sutis no cotidiano escolar (BRASIL,2004). Não se trata de inserir conteúdos isolados, mas de reorganizar o currículo para que a perspectiva étnico-racial esteja presente em diferentes disciplinas e metodologias. Assim, o professor em formação aprende a valorizar a pluralidade cultural do país e a construir uma prática pedagógica que reconheça e legitime identidades historicamente marginalizadas.

Nos anos iniciais do ensino fundamental o pedagogo assume a docência das variadas áreas do conhecimento que contemplam o currículo, porém

em seu processo inicial de formação acadêmica, vivencia tais discussões somente em algumas disciplinas e/ou práticas docentes, com a necessidade de buscar novos conhecimentos produzidos em outras áreas pela sua própria autonomia ou por sua inserção em programas de formação continuada ao longo de sua trajetória docente. (Moraes, Nascimento, 2013, p. 140).

Conforme Ribeiro (2013) é papel das escolas de educação básica e das universidades viabilizar a inserção de professores em formações continuadas como um meio de melhoria da prática educativa, tendo como ponto de partida o conhecimento crítico da realidade social em que as instituições de ensino estão inseridas. Ainda, conforme a autora, é papel do Estado garantir os meios necessários para o “desenvolvimento das ações que visem a garantia de formação pública, gratuita e com qualidade social ao longo da trajetória de cada profissional da educação” (p.38). Porém, no atual cenário educacional muitos professores enfrentam dificuldades para desenvolver esse conhecimento de forma autônoma ou a partir da formação continuada. Porém, no cenário atual, as instituições educativas tendem a obedecer uma lógica mercadológica neoliberal na qual se visa a produtividade, competitividade e individualismo, por isso, grande parte dos professores têm

sua carga horária de trabalho ampliada para poder sobreviver financeiramente, fator este que impede os mesmos de participarem de projetos ou programas de

formação continuada que promovam estudos, debates, socialização de experiências, devido à falta de tempo, ao cansaço físico, à falta de apoio dos gestores, enfim, aos diversos fatores desestimulantes. Além do que ainda são poucos os processos de formação continuada por meio de projetos ou programas existentes seja na escola, seja em âmbito de secretarias municipais ou das universidades, voltados para o atendimento dos professores da educação básica. (Ribeiro, 2013, p.42)

Logo, para além do esforço pessoal do docente, é necessário que as instituições de ensino viabilizem e facilitem a formação continuada, principalmente para os pedagogos, de maneira a facilitar o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem crítico e transformador.

Baseada em minha vivência pessoal do processo educativo, entendo que apesar das mudanças verificadas ao longo dos anos nos conteúdos e métodos do ensino de história, na realidade, são comuns práticas educativas tradicionais que não valorizam a história local e grupos minoritários ainda são reproduzidas no processo educacional. Em minha própria formação, tanto no ensino básico quanto no superior, em poucos momentos temas étnicos raciais foram centralidade, sendo apenas citados dentro outros debates. Por isso, muitas vezes, ainda hoje, figuras de poder são colocadas como centralidade no processo de ensino e os conteúdos são ensinados de forma superficial, em que a metodologia se baseia em memorizações de datas e nomes, sem contextualização ou pensamento crítico.

Dessa maneira, penso que é necessário que os docentes atuantes no ensino de história abordem novas perspectivas que estimulem a reflexão do aluno, valorizem a história local e do cotidiano como ferramenta do processo educativo, também, inclua a história e memória de grupos minoritários. Para isso, é imprescindível que as instituições de ensino superior, principalmente as universidades públicas, incluam em seu currículo temas especificamente étnico raciais, para que este debate não se dilua em meio a outros assuntos, também, é necessário que o Estado estabeleça meios para viabilizar a formação continuada dos professores, para que cada vez mais estes desenvolvam o pensamento crítico e uma didática significativa frente ao ensino de história que seja voltado para uma educação antirracista nas séries iniciais do ensino fundamental. Com esses esforços, penso que se viabilizará um processo educativo crítico e formador, que se distanciará de práticas que fomentam posturas racistas e excludentes.

CONCLUSÃO

O objetivo geral deste estudo é consiste compreender a Rua da Macacada como lugar de memória de vidas negras na cidade de Abaetetuba e as suas potencialidades da história local para o ensino de história nos iniciais do ensino fundamental, nesse sentido, a partir do proposto pela autora Chimamanda Adiche (2019), produzir outras narrativas com a possibilidade de inserir novos sujeitos, então, historicamente excluídos dos manuais didáticos.

Portanto, com base nas discussões de Nora (1993) sobre “lugares de memória”, entendo que a Rua da Macacada pode ser caracterizada como um lugar de memória de vidas negras na cidade de Abaetetuba, pois se manifesta como um espaço que carrega consigo memórias vivas, identidade e história desse grupo social, o que ficou claro através do relatos do Sr. Luiz e de Dona Maria. Nesse sentido, essa localidade funciona como uma construção social fundamental, pois mantém viva a memória coletiva de uma comunidade que, na maioria das vezes, é esquecida ou negligenciada pela história tradicional.

A análise desse espaço, que é frequentemente esquecido, permitiu evidenciar como a memória negra pode ser ressignificada, porém, muitas vezes, silenciada dentro da narrativa dominante sobre a cidade. Ao explorar esse território, foi possível perceber que a “Rua da Macacada” constitui um espaço carregado de significados afetivos, políticos e culturais que dialogam com a luta por reconhecimento e valorização das identidades negras.

Além disso, a pesquisa reforça a importância de incorporar essas discussões no ensino de História, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, propondo um ensino mais crítico que dialogue com às experiências dos estudantes, sobretudo aqueles pertencentes às comunidades negras. Essa abordagem permite não apenas o enfrentamento das lacunas historiográficas, mas também a promoção de uma educação antirracista, que valoriza saberes e memórias muitas vezes invisibilizados.

Por fim, espera-se que esta investigação contribua não apenas para o fortalecimento das pesquisas sobre história local e memória negra, mas também para a valorização de práticas educativas comprometidas com a justiça social e com o direito à memória de populações historicamente marginalizadas.

REFERÊNCIAS

ADICHE, Chimamanda, N. **O Perigo de uma história única**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil**. *Antíteses*, v. 3, n. 6, p. 703-728, 2010.

BARROS, Carlos Henrique Farias. **Ensino de História, memória e história local**. *Criar Educação*, v. 2, n. 2, 2013.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Memória e família**. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CUNHA, Débora A.; FREITAS, Claudio L. **Educação para as relações etnicorraciais: os avanços da lei e o desafio de uma nova formação docente na universidade brasileira**. in: RIBEIRO, M. E. CUNHA, D. A.; PEREIRA, E. N. G (orgs.). *Formação continuada de professores: entrelaçando saberes e práticas inovadoras*. Castanhal, PA: GEPPE, 2013. 178 p.

CUNHA, Débora A. **Formação de professores em cultura africana e afro-brasileira: o lúdico como estratégia séria**. in: RIBEIRO, M. E. CUNHA, D. A.; PEREIRA, E. N. G (orgs.). *Formação continuada de professores: entrelaçando saberes e práticas inovadoras*. Castanhal, PA: GEPPE, 2013. 178 p.

DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, v. 32, n. 02, p. 185-191, 2009.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva G. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. 296 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Janice. **Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais**. Revista Memória em Rede, v. 7, n. 13, p. 015-028, 2015.

HALEY, Alex; FARIA, Alice. **História negra, história oral e genealogia**. História Oral, v. 24, n. 1, p. 195-217, 2021.

LIMA, Maria Roseane C. P. 2013. **Barbadianos negros e estrangeiros: Trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX**. Niterói, Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. **Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento**. Revista memória em rede, v. 13, n. 24, p. 252-273, 2021.

NASCIMENTO, Sérgio B.; MORAIS, Stela P. F. **Práticas inconfidentes do ensino de história e na formação continuada de professores para os anos iniciais do ensino fundamental**. in: RIBEIRO, M. E. CUNHA, D. A.; PEREIRA, E. N. G (orgs.). Formação continuada de professores: entrelaçando saberes e práticas inovadoras. Castanhal, PA: GEPPE, 2013. 178 p.

NORA, Pierre et al. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

PEREIRA, Emily Dorothy Figueiredo. **O ensino de história no Brasil à luz de diferentes correntes historiográficas**. 2015. 87 F. Monografia. (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das letras, 2019.

RIBEIRO, Maria E. **Formação continuada de professores: Desafios e perspectivas.** in: RIBEIRO, M. E. CUNHA, D. A.; PEREIRA, E. N. G (orgs.). Formação continuada de professores: entrelaçando saberes e práticas inovadoras. Castanhal, PA: GEPPE, 2013. 178 p.

SILVA, Giuslane Francisca. **A memória coletiva.** *Revista Aedos*, v. 8, n. 18, p. 247-253, 2016.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FONTES ORAIS:

Entrevista realizada com Luiz Pedro Felgueiras;

Entrevista realizada com Maria da Conceição;

FONTES DOCUMENTAIS:

Decreto Legislativo N. 003/ 2019. **CÂMARA MUNICIPAL DE ABAETETUBA.**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: A “Rua da Macacada” como Lugar de Memória de vidas negras na cidade de Abaetetuba e o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nome do Pesquisador: Nalanda Gomes Ferreira

Nome do Orientador: Sérgio Bandeira Nascimento

Nome do Participante da Pesquisa: Maria da Conceição

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento e autorizo a realização pesquisa e a divulgação dos dados obtidos no estudo: A “Rua da Macacada” como Lugar de Memória de vidas negras na cidade de Abaetetuba.

Abaetetuba/Pará, 29 de Agosto de 2025.

Maria da Conceição B. Carvalho

Assinatura do Participante da Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: A "Rua da Macacada" como Lugar de Memória de vidas negras na cidade de Abaetetuba e o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nome do Pesquisador: Nalanda Gomes Ferreira

Nome do Orientador: Sérgio Bandeira Nascimento

Nome do Participante da Pesquisa: Luiz Pedro Felgueiras

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento e autorizo a realização pesquisa e a divulgação dos dados obtidos no estudo: A "Rua da Macacada" como Lugar de Memória de vidas negras na cidade de Abaetetuba.

Abaetetuba/Pará, 29 de Agosto de 2025.



Assinatura do Participante da Pesquisa

LUIZ PEDRO FELGUEIRAS NETO
CPF 050.348.522-91

